GRI: Uma Análise da Percepção da Relevância dos Indicadores Ambientais Essenciais por Organizações Não Governamentais Fluminenses

Vinicius Fasuolo Trancoso, Mestre em Ciências Contábeis
E-mail: vinicius_fasuolo@hotmail.com

José Ricardo Maia de Siqueira, Doutor em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGCC/UFRJ
E-mail: jrms@facc.ufrj.br

Monica Zaidan Gomes, Doutora em Administração de Empresas
Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGCC/UFRJ
E-mail: mrossi@facc.ufrj.br

Resumo
O propósito dessa pesquisa sustentou-se nas grandes preocupações contemporâneas referentes aos impactos causados pela atividade humana no meio ambiente, patrimônio esse, pertencente a todos os cidadãos. Como instrumento para mensurar esses impactos, surgiram os relatórios de sustentabilidade, que visam prover aos seus usuários informações importantes que os permitam julgar se determinada empresa atua de forma ambientalmente responsável no meio em que está inserida. O objetivo desse trabalho é avaliar o nível de importância atribuído por Organizações Não Governamentais Fluminenses aos indicadores ambientais essenciais do relatório de sustentabilidade proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI). Foi construído um questionário, no modelo fechado, com os 17 indicadores ambientais essenciais da terceira geração do modelo GRI, auto-aplicado a 35 organizações respondentes. Os resultados revelaram que sete indicadores – o que representa mais de 40% dos indicadores ambientais essenciais do modelo GRI – foram avaliados como muito relevantes por mais de 70% dos respondentes. Além disso, nenhum indicador foi considerado como sem relevância por qualquer das ONGs consultadas. Esses resultados reforçam a importância do Modelo GRI como relatório de sustentabilidade.

Palavras-chave: Relatório de Sustentabilidade. Indicadores Ambientais Essenciais. *Global Reporting Initiative* (GRI). Organizações Não Governamentais.

1. Introdução

Desde a segunda metade do século XX a humanidade vem discutindo com crescente afinco as questões ambientais. Há uma consciência de que os problemas em relação ao meio ambiente são graves e diversificados, envolvendo questões como: acidificação dos oceanos, aquecimento global, redução da camada de ozônio, desmatamento, chuva ácida e desertificação, entre outros.

Visando atenuar esses problemas, diversos grupos empreenderam esforços que buscam a padronização da divulgação das informações ambientais. Dentre essas iniciativas, é destacado o modelo de relatório de sustentabilidade proposto pelo GRI:

> Como não podia deixar de ser, a questão ambiental é uma preocupação que envolve diversos grupos. Por sua vez, esses grupos tem sido ativos nos esforços empreendidos no desenvolvimento e institucionalização de um arcabouço normativo de práticas de evidenciação. O Balanço Social e o Global Reporting Initiative (GRI) em conjunto com as respectivas informações econômico-financeiras, dão corpo ao

> chamado Relatório de Sustentabilidade. No ambiente de negócios, de um modo geral, assimetria e viés informacional marcam as relações entre os atores envolvidos. Por isso, o propósito da divulgação de informações obrigatórias e voluntárias é reduzir a assimetria e vieses entre os usuários internos e externos (ALMEIDA et al., 2013, p.212).

Segundo Murcia (2009) a informação relevante é aquela que faz com que a decisão do usuário seja alterada pela sua utilização, ou seja, o usuário toma uma decisão diferente da que teria tomado sem a informação. O valor preditivo da informação para o usuário reside na diferença entre o nível de utilidade esperada anterior e posterior ao *disclosure* contábil. Acrescenta ainda que divulgar informações não relevantes é custoso, desnecessário podendo inclusive tirar a atenção do usuário para informações realmente relevantes.

Ao encontro dos esforços efetuados pelo GRI para padronizar a divulgação de informações socioambientais através do seu relatório de sustentabilidade, faz-se necessário que o modelo de relatório de sustentabilidade contemple informações relevantes a serem divulgadas de fato ao usuário. Conforme destacado por Corrêa et al. (2012, p.142):

> Assim como a informação contábil está no rol dos principais meios de comunicação entre as empresas e seus usuários, cada vez mais a contabilidade busca melhorar o nível de transparência em seus relatórios, No Brasil, isso pode ser visto na adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo que, no Pronunciamento Conceitual Básico, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a relevância é destacada como uma das quatro características qualitativas das demonstrações contábeis (CORRÊA et al., 2012, p.142).

Por sua vez Rosa et al. (2011, p.160) contribui ao delinear uma informação ambiental relevante:

> Informação eficiente é entendida como aquela que revela a gestão e o desempenho ambiental da organização, tais como: contas patrimoniais e de resultados; dados sobre o consumo de recursos naturais; emissões; impactos; responsabilidade socioambiental e questões político-institucionais. Por sua vez, a gestão interna da evidenciação ambiental é estabelecida pela comunidade científica e pela sociedade (representada pelos órgãos normativos e deliberativos), por meio dos critérios e padrões preestabelecidos para a comunicação dos eventos ambientais, tais como: relatórios de sustentabilidade, indicadores socialmente responsáveis, normas brasileiras e internacionais de evidenciação ambiental, balanços sociais, critérios e subcritérios de análise das informações ambientais, entre outros (ROSA et al., 2011, p.160).

Em função desse pano de fundo foi levantado o seguinte problema de pesquisa: Como as Organizações Não Governamentais do Estado do Rio de Janeiro, enquanto integrantes da parcela da sociedade interessada no impacto dessas companhias no meio ambiente e, portanto, usuárias de informações socioambientais, avaliam a relevância dos indicadores ambientais essenciais do relatório de sustentabilidade proposto pelo Global Reporting Initiative?

Tendo em vista a questão de pesquisa, esse trabalho tem como objetivo avaliar o nível de importância atribuído por Organizações Não Governamentais do Estado do Rio de Janeiro aos indicadores ambientais essenciais do relatório de sustentabilidade proposto pelo Global Reporting Initiative (GRI).

2. Revisão Teórica

Têm-se registros de que contabilidade encontra-se presente nas sociedades desde a era do homem primitivo. Segundo o AICPA (1973 *apud* Iudícibus, 2006, p.22) temos que:

> A função fundamental da contabilidade [...] tem permanecida inalterada desde os seus primórdios. Sua finalidade é prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões. Sem dúvida, tem havido mudanças substanciais nos tipos de informação que têm procurado. Todavia, esta função dos demonstrativos financeiros é fundamental e profunda. O objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas.

A partir do exposto acima se verifica que a evolução presente na ciência contábil procura estar alinhada com as necessidades dos usuários dessas informações. De fato, o principal objetivo da contabilidade é atuar como atenuante na assimetria informacional entre usuários internos e externos. É notado ainda, dentro deste conceito, que o interesse pelos mais variados tipos de informação por parte do usuário vem crescendo, e que a contabilidade desenvolveu instrumentos ao longo do tempo para responder a esses anseios. Dentro desse processo evolutivo da Ciência Contábil, foram surgindo novas áreas de conhecimento tal qual se pode citar, a título de exemplo, a contabilidade de custos, gerencial e a ambiental.

Essa evolução da Ciência Contábil por sua vez, é amparada por inúmeras normas e regulamentos que sustentam essa evolução frente a crescente necessidade de novas informações por parte dos usuários, onde estão incluídas as informações de caráter social e ambiental, provenientes da preocupação do homem com as ações das companhias no meio ambiente.

A título de exemplo, Vieira e Faria (2007) citam que:

> A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu dois pareceres de Orientação, incentivando a divulgação de informações de natureza social: o Parecer de Orientação CVM n°.15/87, na parte que trata do Relatório da Administração, e o Parecer de Orientação CVM n°. 24/92 sobre a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado. Há, também, a Deliberação CVM n°. 371/2000, que aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, o pronunciamento sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), elaborado em conjunto com a CVM (VIEIRA; FARIA, 2007, p.53).

Um outro exemplo que se pode citar é a audiência pública ocorrida no ano de 2013 para a ITG 2004 – que trata da interação da entidade com o meio ambiente, nas Normas Brasileiras de Contabilidade, propostas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O objetivo desta Interpretação é “definir os conceitos e critérios para a divulgação de informações quantitativas e qualitativas de natureza ambiental contidas nas demonstrações contábeis e que reflitam as interações da entidade com o meio ambiente” (CFC, 2013, p. 2)

Quanto ao alcance deste documento, tem-se que este possui natureza geral é aplicado a todas as atividades que causem ou venham a causar, de forma direta ou indireta, algum tipo de impacto no meio ambiente e que reflita no patrimônio da organização, trazendo conceitos importantes dentre os quais destacam-se: o ativo e o passivo ambiental.

O Ativo Ambiental é conceituado como recursos controlados pela entidade, cujos benefícios futuros esperados estejam diretamente associados com a proteção do meio ambiente, ou com a recuperação daquele já degradado, incluindo áreas nativas mantidas para a preservação. Eles devem ser evidenciados de forma segregada nas notas explicativas das demonstrações contábeis tendo em vista a relevância de sua natureza e possíveis riscos e oportunidades a eles associados (ITG, 2004).

O Passivo Ambiental por sua vez é definido como “a obrigação presente para com terceiros resultante de impactos causados ao meio ambiente” (CFC, 2013, p. 3). O passivo ambiental pode-se constituir de:

- Obrigação de recuperação de áreas degradadas;
- Indenização de terceiros em função de danos ambientais;

- Obrigação de criar meios de compensação para minimizar os danos ambientais, e;
- Multas e penalidades semelhantes por infração à legislação ambiental (ITG 2004).

Por fim a ITG (2004) estabelece que o passivo ambiental deve ser constituído no momento em que a entidade seja responsável pelos danos causados ao meio ambiente. Esses passivos segregam-se em circulantes e não-circulantes. A entidade deve reconhecer a sua responsabilidade em relação as áreas degradadas independente de legislação que a obrigue, assumindo inclusive responsabilidade de atos e práticas passadas, declaração pública de compromisso de restauração, denominadas obrigações construtivas ou não formalizadas. Essas últimas são consideradas como obrigações construtivas ambientais.

Para Siqueira e Fernandes (2009) cada vez mais indivíduos estão interessados no destino que é dado ao planeta e no impacto das ações das empresas. Dentro da construção do futuro da humanidade as organizações possuem grande importância por produzirem bens e serviços que a comunidade necessita, ao mesmo passo que são elas que através deste mesmo processo produtivo agridem ao meio ambiente, por meio da emissão de poluentes, do consumo de recursos naturais, do descarte de resíduos industriais, de acidentes dos mais variados tipos em suas operações entre outros. É de suma importância, portanto existir um canal de informação que permita à parcela da sociedade interessada obter informações acerca deste impacto produzido. Este instrumento é o Balanço Social.

Para Oliveira (2005, p.2):

> Diferente dos relatórios anuais das empresas, que visam divulgar informações principalmente aos acionistas, o conceito básico do balanço social é difundir informações que interessem a outros *stakeholders* além dos acionistas, como sindicatos, empregados e seus familiares, comunidades afetadas pela empresa, mídia e organizações não governamentais (ONGs) com determinados interesses na empresa (ambientalistas, por exemplo). Para isto, o balanço social deve conter informações quantitativas e qualitativas sobre como a empresa está desempenhando sua função social e ambiental na sociedade e sua relação com os diversos *stakeholders*.

Um dos relatórios sociais mais utilizados na contemporaneidade é o desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI), que publicou em Março de 2011 uma atualização da terceira geração de orientação (seguida depois por uma nova geração), com orientações adicionais para gêneros, comunidades e performance em direitos humanos (GRI, 2018).

A terceira geração de indicadores de desempenho ambientais conta com 17 indicadores essenciais, a saber: EN1 – Materiais usados por peso e volume; EN2 – Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem; EN3 – Consumo de Energia direta discriminado por fonte de energia primária; EN4 – Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária; EN8 – Total de retirada de água por fonte; EN11 – Localização e tamanho de área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; EN12 – Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; EN16 – Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso; EN17 – Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso; EN19 – Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; EN20 – Nox, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso; EN21 – Descarte total de água, por qualidade e destinação; EN22 – Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição; EN23 – Número e volume total de derramamentos significativos; EN26 – Iniciativas para mitigar os impactos

ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos; EN27 – Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos; por categoria de produtos e EN28 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais (GRI, 2006, p. 28-29).

3. Metodologia

De acordo com o objetivo da pesquisa, foi definido como respondentes-alvo as organizações não governamentais atuantes no estado do Rio de Janeiro. Foi considerada apenas uma resposta para cada ONG da qual se efetuou contato para a realização do estudo, dessa forma apenas um representante de cada instituição opinou acerca da relevância dos indicadores ambientais essenciais presentes no relatório de sustentabilidade da GRI.

A seleção inicial das ONGs que fariam parte do estudo foi realizada através do levantamento das ONGs constantes nos cadastros do Ministério da Justiça (CNE) e da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) ambas restritas ao Estado do Rio de Janeiro.

O levantamento das ONGs nesses dois cadastros resultou em um total de 105 ONGs, das quais 38 constavam no cadastro da ABONG e 67 no Ministério da Justiça.

O presente estudo utilizou uma amostragem não probabilística e por acessibilidade o processo de coleta de dados foi realizado da seguinte maneira:

Em um primeiro momento foi realizado o contato através de correio eletrônico com os endereços constantes no cadastro tanto do Ministério da Justiça como da Associação Brasileira de ONGs. Neste contato foi enviado em anexo o questionário e as instruções de preenchimento do mesmo. O tempo de retorno concedido para este primeiro contato foi de uma semana.

Em um segundo momento realizou-se contato telefônico com as ONGs que não responderam ao e-mail. Nesta etapa foi verificado que para inúmeras Organizações Não Governamentais o contato telefônico presente nos respectivos cadastros correspondia a outros estabelecimentos. Através de pesquisas realizadas em sites de busca, com relação as ONGs que não possuíam informações corretas no cadastro, foi percebido que algumas haviam mudado de endereço ao passo que outras realmente cessaram suas atividades. Através dessas pesquisas foram corrigidas informações incorretas constantes nos cadastros da ABONG e CNE e em alguns casos reenviado o questionário para o endereço de e-mail correto. Esta etapa foi realizada ao longo de 2 semanas.

Em terceiro e último momento, o contato com as ONGs se realizou presencialmente. Ainda assim, em muitos casos houve a necessidade de retorno, em razão da pessoa mais indicada a responder o questionário não se encontrar presente no momento. A referida etapa foi realizada ao longo de 2 semanas. Cabe informar nesse momento que todos os questionários foram auto preenchidos, não havendo interferência alguma durante o processo de coleta de dados pelo pesquisador.

As 35 Organizações Não Governamentais que participaram da pesquisa encontram-se listadas em ordem alfabética a seguir:

1. Academia Brasileira do Meio Ambiente - ABMA
2. Associação Projeto de Marapendi - ECOMARAPENDI
3. Associação Água Marinha
4. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES
5. Associação Brasileira Terra dos Homens
6. Associação de Fomento Turístico e Desenvolvimento Sustentável - TEREVIVA
7. Associação Defensores da Terra
8. Associação Ecocidade

9. Associação Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público Mobilidade e Ambiente Brasil - OMA BRASIL
10. Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA
11. Centro de Ação Comunitária - CEDAC
12. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA
13. Centro de Estudos e Conservação da Natureza - CECNA
14. Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS
15. Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro - CVI RIO
16. Centro Integrado e Programa de Estudo e Desenvolvimento Sustentável - CIEDS
17. Confabulando Contadores de História
18. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa - CAPINA
19. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE
20. Fundação Bento Rubião
21. Fundação Natureza
22. Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente - GDEPS
23. Grupo Excursionista Agulhas Negras
24. Instituto Ambiental Conservacionista 5° Elemento
25. Instituto Baía de Guanabara - IBG
26. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
27. Instituto de Estudos Socioambientais Converdgencia
28. Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global
29. Instituto Ipanema - Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente
30. Instituto Locus
31. Instituto Niteroiense de Apoio Humanitário - INAH
32. Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA
33. ONG Florescer
34. Organização Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável - OADS
35. Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH

As 35 ONGs responderam às questões relativas à relevância dos indicadores em um questionário onde poderiam registrar cinco opções: MR – Muito Relevante; R – Relevante; PR – Pouco Relevante; SR – Sem Relevância e NSR – Não Sei Responder.

Ao longo da análise de dados foi adotado a expressão relevância significativa para representar a junção das classificações Muito Relevante e Relevante e evitar a repetição excessiva desses termos.

4. Análise dos Dados

Foi conseguida uma quantidade significativa de respostas, já que foram respondidos trinta e cinco questionários, cada um deles contendo 17 questões acerca da percepção de relevância do indicador por parte das ONGs participantes, onde haviam cinco opções de respostas. Conseguiu-se assim, um total de 595 respostas sintetizado na tabela 1.

Para uma melhor análise dos resultados, a tabela 1 foi organizada em ordem decrescente da frequência relativa de classificações dentro do grupo relevância significativa, obtido pela soma das opções “Muito Relevante” e “Relevante”.

Tabela 1: Frequência Relativa das Respostas por Indicador.

Frequências Relativas						
Indicador	MR+R	MR	R	PR	SR	NSR
EN8	100,00%	80,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
EN19	100,00%	65,71%	34,29%	0,00%	0,00%	0,00%
EN21	100,00%	91,43%	8,57%	0,00%	0,00%	0,00%
EN22	97,14%	77,14%	20,00%	0,00%	0,00%	2,86%
EN3	97,14%	60,00%	37,14%	2,86%	0,00%	0,00%
EN12	97,14%	94,29%	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
EN16	97,14%	74,29%	22,86%	2,86%	0,00%	0,00%
EN23	97,14%	85,71%	11,43%	0,00%	0,00%	2,86%
EN2	97,14%	54,29%	42,86%	2,86%	0,00%	0,00%
EN11	94,29%	74,29%	20,00%	2,86%	0,00%	2,86%
EN17	94,29%	48,57%	45,71%	2,86%	0,00%	2,86%
EN26	94,29%	62,86%	31,43%	2,86%	0,00%	2,86%
EN27	94,29%	68,57%	25,71%	2,86%	0,00%	2,86%
EN1	88,57%	40,00%	48,57%	11,43%	0,00%	0,00%
EN28	88,57%	48,57%	40,00%	8,57%	0,00%	2,86%
EN20	82,86%	40,00%	42,86%	5,71%	0,00%	11,43%
EN4	71,43%	25,71%	45,71%	22,86%	0,00%	5,71%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Com base no exposto na tabela 1, percebe-se que o indicador EN12, que descreve os impactos mais significativos das atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em terras com alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas, foi pontuado com a maior quantidade da categoria “Muito Relevante”.

Percebe-se que a grande maioria dos respondentes classificou os indicadores como muito relevantes e relevantes. Podem ser elaborados quatro grupos distintos, no primeiro tem-se três indicadores que foram considerados como de relevância significativa por todos os respondentes. Em seguida vem um segundo grupo, composto por seis indicadores, onde mais de 95% dos respondentes classificou-os como muito relevante ou relevante. O terceiro grupo é composto por quatro indicadores com uma classificação de relevância significativa por pouco menos de 95%. E por fim, tem-se quatro outros indicadores que receberam uma classificação de muito relevante ou relevante por menos de 90% dos respondentes. É sintomático da relevância dos indicadores essenciais ambientais do GRI percebida pelos respondentes que aquele que conseguiu os resultados menos significativos (EN4), ainda foi considerado como muito relevante ou relevante por mais de 70% dos respondentes. Segue uma análise comparativa entre os indicadores.

4.1. Indicador EN1

Percebe-se que o indicador EN1 apresenta uma maior incidência de respondentes que optaram pela alternativa “Relevante” superando inclusive, a opção “Muito Relevante”, o que ao longo dos resultados apresentados não é comum. De fato o indicador EN1 foi o que apresentou a maior incidência de respostas na categoria “relevante” em todo o estudo.

De todos os indicadores constantes nesta pesquisa, o indicador EN1 apresentou-se como o segundo indicador que menos recebeu avaliações na categoria “Muito Relevante”. Foi

também o segundo que mais recebeu avaliações na categoria "Pouco Relevante", o que, contudo, soma apenas quatro respondentes de um total de 35, representando 11,43% das respostas obtidas. De forma semelhante a todos os demais indicadores do estudo, esse não apresentou nenhum respondente que o julgasse como "Sem Relevância".

A classificação do indicador como de "Relevância Significativa" por parte de 88,57% dos respondentes, encontra respaldo no caso emblemático do Love Canal, onde fica claro segundo Gensburg et al. (2009), que a Hooker Chemicals and Plastics Corporation utilizou entre 1942 e 1953 a referida área como um aterro para mais de 20.000 toneladas de substâncias potencialmente perigosas à saúde humana. Fato que tem um desfecho trágico com a construção nesse mesmo terreno de uma vila de casas, onde a partir de 1978, começam a aparecer claros sinais de contaminação, que vão desde queimaduras em crianças até doenças como Leucemia e registros de nascimentos com severas deformidades.

4.2. Indicador EN2

Esse indicador apresentou uma distribuição de respostas aproximadamente equilibrada entre as opções "Muito Relevante" e "Relevante", porém, ao contrário do indicador EN1, percebe-se que a opção "Muito Relevante" configura-se como a que é mais selecionada por parte dos respondentes. O presente indicador foi considerado por apenas um, dos trinta e cinco respondentes, como pouco relevante. Os respondentes que julgaram este indicador como "ao menos" relevante, totalizam 97% do total.

O indicador EN2 neste estudo está localizado entre os indicadores que menos receberam classificações como "Muito Relevante", obtendo, porém uma alta relevância significativa, chegando a um percentual de 97,15% das respostas recebidas. Esta elevada relevância significativa aqui evidenciada está em conformidade com o sentimento de co-responsabilização e de construção de valores éticos destacados por Demajorovic (2003).

4.3. Indicador EN3

O indicador EN3 apresentou o segundo maior índice de relevância significativa, juntamente com os indicadores EN2, EN12, EN16, EN22 e EN23.

Nas respostas obtidas referentes ao indicador EN3 observa-se que 97,14% do total dos respondentes julgou-o como ao menos relevante. Assim como ocorrido no indicador EN2 apenas um respondente optou pela categoria pouco relevante.

Este percentual de quase 100% por parte das ONGs remete à preocupação que emana da sociedade quanto à composição da matriz energética, que muitas vezes envolve geração de energia potencialmente limpa, mas com alto risco envolvido, como no caso da energia nuclear. Este risco fica transparente com o caso de Chernobyl quando um dos reatores nucleares responsáveis pela geração de energia da empresa explodiu durante a execução de um teste, gerando nuvens contendo elementos radioativos que atingiram até dez mil metros de altitude dispersando-se por aproximadamente 40% da Europa, grandes territórios da Ásia, o norte da África, fronteiras com a Rússia e em especial a Ucrânia (YABLOKOV, 2009).

4.4. Indicador EN4

O indicador EN4, dentre todos os indicadores pesquisados constantes nesse estudo, foi o segundo que mais apresentou respondentes na categoria "Não Sei Responder", foi o indicador que menos recebeu avaliações na categoria "Muito Relevante" e ainda o que mais recebeu avaliações na categoria "Pouco Relevante".

Neste indicador, assim como no indicador EN1, é notado que a opção relevante supera de forma expressiva as demais opções, atingindo quase a metade do total de respostas obtidas. As opções muito relevante e pouco relevante apresentaram quase a mesma incidência em termos de frequência. Esse indicador juntamente com o indicador EN17 ocupa a segunda posição dos indicadores que mais receberam a opção "relevante" pelos respondentes, ficando apenas atrás do indicador EN1.

4.5. Indicador EN8

O indicador EN8, juntamente com os indicadores EN19 e EN21 obteve o maior índice de relevância significativa, além de situar-se entre os indicadores que mais receberam a classificação de "Muito Relevante" por parte dos respondentes.

O indicador EN8 foi considerado por 80% dos respondentes como muito relevante e pelos outros 20% como relevante. Esses resultados permitem concluir que 100% dos respondentes julgam o indicador EN8 como de "Relevância Significativa".

O indicador EN8, que diz respeito ao consumo total de água pela organização relatora encontra-se relacionado com o desafio contemporâneo de gestão de recursos hídricos, bem representado pelo caso do Mar de Aral, onde segundo relatado por Kumar (2002) foi realizado o desvio do curso das águas dos rios Syr Daria e Amu Daria para a irrigação do cultivo de algodão no Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão, levando a uma redução significativa daquela reserva de água com drásticos impactos sociais e ambientais.

4.6. Indicador EN11

O indicador EN11 também encontra-se entre os indicadores que mais receberam a classificação de "Muito Relevante" ficando atrás dos indicadores EN8, EN12, EN21, EN22 e EN23, e apresentando a mesma quantidade de indicações nessa categoria de resposta com o indicador EN16.

Este indicador apresentou uma elevada incidência de respostas na categoria "Muito Relevante", correspondendo praticamente a 75% dos respondentes. Apenas um respondente preferiu não se posicionar acerca da relevância atribuída a este indicador. As demais respostas foram atribuídas à categoria relevante.

Com um percentual de relevância significativa alcançando quase 100%, percebe-se claramente a importância deste indicador para os respondentes. Áreas protegidas ou de alta biodiversidade apresentam baixa degradação ambiental e, além de preservar a riqueza da fauna e flora, prestam grandes serviços à sociedade como: sequestro de carbono, controle do fluxo hídrico e contenção de encostas, entre outros.

A importância de áreas preservadas pode ser visualizada na maior tragédia ambiental do Brasil, ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro, quando chuvas torrenciais a atingiram em Janeiro de 2011, tragando centenas de vidas, muitas delas por conta de desabamentos de residências localizadas em áreas degradadas (MEDEIROS; BARROS, 2011; SPULDAR, 2012).

4.7. Indicador EN12

O indicador EN12, dentre todos os indicadores propostos na pesquisa, configurou como o de maior incidência de respostas na categoria "Muito Relevante", totalizando 94% do total das respostas.

Uma incidência tão significativa nesta categoria parece apontar pelos anseios das ONGs, enquanto usuárias da informação, em saber, detalhadamente e com clareza, como as atividades da organização afetam o meio ao qual ela encontra-se inserida.

É interessante notar que esta distribuição obtida para o indicador EN12 sugere uma inconsistência com o indicador anterior: o EN11. Em essência, os indicadores EN11 e EN12 tratam de questões bastante próximas já que o primeiro busca divulgar o tamanho e localização de áreas protegidas e não protegidas, mas com alto índice de biodiversidade, enquanto o segundo propõe a descrição dos impactos mais significativos pela organização nessas áreas. Nota-se que o indicador EN12 atinge quase 20 pontos percentuais a mais na categoria "Muito Relevante" do que o indicador EN11. Os respondentes parecem estar mais interessados no impacto das operações da organização nessas áreas do que na posse ou ocupação das mesmas, por organizações, embora haja um risco potencial de impacto futuro sobre um patrimônio que é caro à sociedade.

4.8. Indicador EN16

O indicador EN16, também se encontra entre os que mais receberam a avaliação de "Muito Relevante" por parte dos respondentes, atingindo quase 75% do total envolvido na pesquisa ao passo que outros 23% o julgaram como "relevante", totalizando 97% dos respondentes o considerando como de "Relevância Significativa", fazendo parte do grupo de indicadores que compõe a segunda posição do qual apresentaram maior pontuação nesta condição composta ainda pelos indicadores EN2, EN3, EN12, EN22 e EN23.

4.9. Indicador EN17

O indicador EN17 está entre os que menos receberam a classificação de "Muito Relevante" por parte dos respondentes, ficando atrás dos indicadores EN1, EN4 e EN20 e apresentando uma distribuição de respostas praticamente idêntica entre esta categoria e a categoria "relevante". Este indicador apresentou 16 respondentes considerando-o como "relevante", ocorrendo a mesma incidência de resposta nesta categoria do que o indicador EN4. Conforme descrito anteriormente, esses dois últimos indicadores ficaram apenas atrás do indicador EN1, em frequência absoluta, na categoria "Relevante".

4.10. Indicador EN19

O EN19, junto com os indicadores EN8 e EN21, compõe o grupo de indicadores que atingiram o percentual de 100% na categoria de "Relevância Significativa" abrangendo todos os respondentes que contribuíram nesta pesquisa, compondo dessa maneira o grupo dos indicadores que mais receberam avaliações nesta categoria.

4.11. Indicador EN20

O indicador EN20 foi o segundo desta pesquisa a menos receber avaliações na categoria "Muito Relevante", sendo esta categoria superada pela "Relevante" como ocorrido nos indicadores EN1 e EN4. Na categoria "Não Sei Responder", por sua vez, houve quatro respondentes optantes, configurando o indicador EN20 como o indicador que mais recebeu avaliações nessa categoria.

4.12. Indicador EN21

O indicador EN21 adicionalmente com os indicadores EN8 e EN19, foi considerado por todos os respondentes desta pesquisa como de "Relevância Significativa", obtendo ausência de respostas fora das categorias "Muito Relevante" e "Relevante", sendo ainda o segundo indicador que mais recebeu respostas na categoria "Muito Relevante", ficando apenas atrás do indicador EN12. Este, contudo, teve um menor número de respondentes considerando-o como tendo "Relevância Significativa".

Os indicadores do relatório GRI que tratam da gestão de recursos hídricos, sendo a captação e volume utilizado, abordado pelo indicador EN8 e o descarte deste recurso, contemplado neste indicador, indicam uma preocupação evidente quanto ao tema em questão, refletido na totalidade dos respondentes que o consideram como de "Relevância Significativa".

4.13. Indicador EN22

Este indicador compõe o grupo dos indicadores que obtiveram a segunda maior avaliação de "Relevância Significativa" por parte dos respondentes, atingindo 97,14% do total das respostas, obtendo apenas um respondente na categoria "Não Sei Responder". O referido indicador encontra-se ainda entre os cinco indicadores desta pesquisa que mais receberam avaliações na categoria "Muito Relevante".

4.14. Indicador EN23

O indicador EN23 é o último indicador a compor o grupo dos indicadores que apresentaram a segunda maior incidência de respondentes que o avaliaram como de "Relevância Significativa", onde somadas as categorias "Muito Relevante" e "relevante" totaliza-se 97,14% do total dos respondentes. O escore obtido na categoria de resposta "não sei responder", apresenta um respondente apenas.

4.15. Indicador EN26

Juntamente com os indicadores EN11, EN17 e EN27, o EN26 forma o terceiro maior grupo de respondentes que o avaliaram como de "Relevância Significativa". Cabe ressaltar que a pontuação obtida nesta categoria, de 94,29% difere em apenas um respondente dos indicadores que configuraram o segundo grupo de "Relevância Significativa" onde eram presentes 97,14% dos respondentes.

4.16. Indicador EN27

O indicador EN27 também encontra-se no terceiro grupo dos indicadores que obtiveram mais classificação na categoria "Relevância Significativa", juntamente com os indicadores EN11, EN17 e EN26. totalizando 94,29% dos respondentes nessa categoria. A soma das categorias "pouco relevante" e "não sei responder", contendo cada uma delas apenas um respondente representou os 5,72% dos respondentes remanescentes.

4.17. Indicador EN28

O indicador EN28 foi o terceiro indicador desta pesquisa que mais recebeu avaliações na categoria "Pouco Relevante", ao mesmo tempo em que foi o quarto indicador que menos recebeu avaliações na categoria "Muito Relevante". Quando comparado ao posicionamento obtido pela pesquisa de Paris (2012), o indicador EN28 apresenta similaridade sendo o

segundo indicador a menos receber avaliações na categoria "Muito Relevante". É ressaltado que a soma das categorias "pouco relevante" e "não sei responder" totalizara 11,43% dos respondentes.

5. Considerações Finais

O propósito desta pesquisa sustentou-se nas grandes preocupações contemporâneas referentes aos impactos causados pela atividade humana no meio ambiente, patrimônio esse, pertencente a todos os cidadãos. Esses impactos têm crescido continuamente, principalmente a partir do séc. XVIII, devido à revolução industrial. Com o crescimento da população mundial aliado ao processo de globalização, as demandas dos seres humanos referentes a alimentos, bens de consumo e serviços, a humanidade tem requerido mais do que nunca, a utilização do capital natural, que é finito, dada as próprias limitações físicas do ecossistema em que os seres humanos vivem.

Como reflexo dessas preocupações, cada vez mais pessoas mobilizaram-se para discutir o crescimento desenfreado e agressivo das companhias. Como exemplo dessas mobilizações são citadas a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em 1972, em Estocolmo; O Seminário Internacional de Educação Ambiental, em 1975; a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) onde foi apresentado pela primeira vez o conceito de sustentabilidade, em 1987 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), que originou o documento Agenda 21, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Como instrumento para mensurar esses impactos, surgem os relatórios de sustentabilidade, que visam prover aos seus usuários informações importantes que os permitam julgar se determinada empresa atua de forma ambientalmente responsável no meio em que está inserida. Nesse momento, para esse propósito, a contabilidade apresenta novamente, uma grande contribuição à sociedade, atuando como meio de divulgação de informações dessa natureza. Essa contribuição é devida inclusive, à sua própria evolução enquanto ciência, que sensível às necessidades informacionais de seus usuários, desenvolve e aperfeiçoa instrumentos que visam atender a essa demanda. Nota-se assim uma responsabilidade da contabilidade.

Dentre as inúmeras definições existentes na literatura, assumiu-se no presente estudo que os Relatórios de Sustentabilidade são instrumentos que buscam medir, divulgar e evidenciar o desempenho organizacional nas esferas econômica, social e ambiental (*triple bottom line*) para os usuários internos e externos, visando o desenvolvimento sustentável. A elaboração desse relatório deve ser norteada pelo equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade das informações (GRI, 2006).

Dentre as propostas de modelos de relatórios de sustentabilidade surgidos, é dado destaque ao relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI), ONG atualmente estabelecida em Amsterdã. O modelo em questão é proposto sob a forma de indicadores que contemplam as três esferas do relatório de sustentabilidade, a saber: a econômica, a social e a ambiental.

Com o presente estudo se percebe, conforme sintetizado na Tabela 2, que sete indicadores – o que representa mais de 40% dos indicadores ambientais essenciais da terceira geração do modelo GRI – receberam a classificação de Muito Relevante por mais de 70% dos respondentes.

Tabela 2: Indicadores em ordem decrescente de Frequências Relativas de Respostas na Categoria "Muito Relevante", do presente estudo.

Frequências Relativas					
Indicador	MR	R	PR	SR	NSR
EN12	94,29%	2,86%	0,00%	0,00%	2,86%
EN21	91,43%	8,57%	0,00%	0,00%	0,00%
EN23	85,71%	11,43%	0,00%	0,00%	2,86%
EN8	80,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%
EN22	77,14%	20,00%	0,00%	0,00%	2,86%
EN11	74,29%	20,00%	2,86%	0,00%	2,86%
EN16	74,29%	22,86%	2,86%	0,00%	0,00%
EN27	68,57%	25,71%	2,86%	0,00%	2,86%
EN19	65,71%	34,29%	0,00%	0,00%	0,00%
EN26	62,86%	31,43%	2,86%	0,00%	2,86%
EN3	60,00%	37,14%	2,86%	0,00%	0,00%
EN2	54,29%	42,86%	2,86%	0,00%	0,00%
EN17	48,57%	45,71%	2,86%	0,00%	2,86%
EN28	48,57%	40,00%	8,57%	0,00%	2,86%
EN1	40,00%	48,57%	11,43%	0,00%	0,00%
EN20	40,00%	42,86%	5,71%	0,00%	11,43%
EN4	25,71%	45,71%	22,86%	0,00%	5,71%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Além disso, mais de dois terços dos respondentes consideraram como muito relevante oito dos indicadores do GRI. Sem esquecer ainda que 11 dos 17 indicadores da pesquisa – ou seja, cerca de 65% dos indicadores essenciais ambientais – foram considerados como muito relevantes por, pelo menos, 60% dos respondentes. Todos os indicadores da pesquisa foram considerados como muito relevante ou relevante por mais de 70% dos respondentes. Nenhum indicador foi considerado como sem relevância por qualquer das ONGs consultadas. Esses resultados reforçam a importância do Modelo GRI como relatório de sustentabilidade.

Esse modelo tem sua importância ainda mais reforçada, frente à ausência de normas que definam uma estrutura para o relatório de sustentabilidade, ao contrário do ocorrido nos informes financeiros, presentes também na contabilidade. O modelo proposto pela GRI se caracterizou por ter adquirido uma grande aceitação, sendo um dos modelos mais utilizados pelas organizações ao redor do mundo, e tornando-se especialmente atrativo ao abranger uma ampla gama de informações nas três esferas da sustentabilidade.

As principais limitações desse estudo estão relacionadas às características e tamanho da amostra, uma vez que foram consideradas apenas Organizações Não Governamentais do estado do Rio de Janeiro, não permitindo, assim, a generalização dos resultados, que se limitam à amostra investigada.

6. Referências

ALMEIDA, L.B., et al. Perfil das informações ambientais: um estudo exploratório em empresas dos setores siderúrgico e metalúrgico. **Revista Ambiente Contábil.** Natal, v.5, n.2, p.209-228, jul./dez. 2013.

CFC. ITG 2004 – **Interação da Entidade Com o Meio Ambiente**: Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília: CFC, 2013. Disponível em:<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ITG_2004.docx> Acesso em: 23 de Julho de 2018.

CORRÊA et al. A relevância da informação contábil na identificação de empresas criadoras de valor: um estudo do setor de energia elétrica brasileiro. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v.9, n.18, p.137-166, jul./dez.2012.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental**. São Paulo. SENAC. 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=uB32kACq5NUC&oi=fnd&pg=PA5&dq=responsabilidade+socioambiental&ots=PyGxxtm9Ko&sig=76-QMjCarLfxYfdp57zapJLlqjg#v=onepage&q=responsabilidade%20socioambiental&f=false> Acesso em: 17 ago. 2013.

GENSBURG, Lenore J. et al. Mortality among former Love Canal residents. **Environmental Health Perspectives**, v. 117, n. 2, p. 209-216, 2009.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade – Versão 3.0, 2006.** 2006. Disponível em <https://www.globalreporting.org/resource library/Brazil-Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

GRI - Global Reporting Initiative. **GRI's history.** Disponível em <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI%27s%20history.aspx>. Acesso em julho de 2018.

IUDICÍBIUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KUMAR, R. S. Aral Sea: Environmental Tragedy in Central Asia. **Economic and Political Weekly.** p. 3797-3802, 2002.

MEDEIROS, Vanesca Sartorelli; DE BARROS, Mario Thadeu Leme. ANÁLISE DE EVENTOS CRÍTICOS DE PRECIPITAÇÃO OCORRIDOS NA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NOS DIAS 11 e 12 DE JANEIRO DE 2011.

MURCIA, F. D. **Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil.** São Paulo: 2009. 181 p.

OLIVEIRA, J.A.P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v.4, n.1, art.2, jan./jul. 2005.

PARIS, P. K. S. **Um estudo de percepções de ONGs ambientalistas capixabas acerca da relevância e indicadores ambientais da GRI (Global Reporting Initiative)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis / UFES. Espírito Santo: 2012, 148 p.

ROSA, F. S.; ENSSLIN, S.R.; ENSSLIN, L; LUNKES, R. J. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v.16, n.1, p.157-166, 2011.

SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia; FERNANDES, Fernanda da Silva. Balanços sociais no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 14, n. 2, p. 18-31, 2009.

SPULDAR, R. Um ano após chuvas, Teresópolis ainda guarda manchas da tragédia**. R7**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/umano-apos-chuvas-teresopolis-ainda-guarda-marcas-da-tragedia-20120111.html> Acesso em: 15 out. 2013.

VIEIRA, Marli Terezinha; DE FARIA, Ana Cristina. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 1, p. 49-69, 2007.

YABLOKOV, A. **Nonmalignant diseases after the Chernobyl catastrophe. Chernobyl.** Wiley.Com 2009.